

NOS LIMITES DA CIVILIZAÇÃO: A INVENÇÃO DO CONCEITO DE VANDALISMO E SUA DISSEMINAÇÃO EM MANIFESTOS EM DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA IMPRENSA PERIÓDICA (FRANÇA, PORTUGAL E BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX)

AT THE LIMITS OF CIVILIZATION: THE MAKING OF VANDALISM CONCEPT AND ITS DISSEMINATION IN MANIFESTOS IN DEFENSE OF CULTURAL HERITAGE IN THE PERIODICAL PRESS (FRANCE, PORTUGAL AND BRAZIL IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES)

Diego Finder Machado*
diegofindermachado@gmail.com

RESUMO: O artigo problematiza um percurso histórico pontuado por momentos em que a palavra vandalismo serviu para delimitar um mundo que imaginou a si mesmo como civilização. Desenvolve uma genealogia desse conceito, situando conexões entre a invenção do neologismo na França pós-revolucionária, pelo bispo Henri Grégoire, e sua disseminação em manifestos publicados na imprensa periódica ao longo do século XIX e início do XX na França, em Portugal e no Brasil. São discutidos alguns textos do escritor francês Victor Hugo, do historiador português Alexandre Herculano e do crítico literário brasileiro Alceu Amoroso Lima. Tais textos remontam a discussões sobre valores atribuídos ao passado e seus vestígios, concepções de história e memória, ideais de civilização frente à barbárie e caminhos a seguir rumo à consolidação de uma nação.

PALAVRAS-CHAVE: História dos conceitos, Patrimônio Cultural, Vandalismo.

ABSTRACT: The article analyses a historical trajectory punctuated by moments which the word vandalism served to delimit a world that imagined itself as civilization. It develops a genealogy of this concept, setting up connections between the invention of neologism in post-revolutionary France, by Bishop Henri Grégoire, and its dissemination in manifestos published in the periodical press throughout the 19th and early 20th centuries in France, Portugal and Brazil. Some texts by French writer Victor Hugo, Portuguese historian Alexandre Herculano and Brazilian literary critic Alceu Amoroso Lima are debated. Such texts mention discussions about values attributed to the past and its vestiges, conceptions of history and memory, ideals of civilization relation to barbarism and the ways to the consolidation of a nation.

KEYWORDS: Conceptual History, Cultural Heritage, Vandalism.

Introdução

Algumas palavras, ainda que bastante difundidas na linguagem cotidiana, persistem indefinidas em seus significados e, por isso, sujeitas a múltiplos e ambivalentes usos em interações comunicativas na vida social. Esse é o caso da palavra vandalismo, que serve aos mais diferentes propósitos, desde a censura de práticas de destruição de bens materiais ao apoio a um tipo de tática de protesto que se expressa no espaço público com o fim de mudar

* Professor adjunto da Universidade da Região de Joinville, atuando nos cursos de Direito (unidade São Francisco do Sul), História e Artes Visuais, e como colaborador no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, na linha "Patrimônio, Memória e Linguagens". Doutor em História, na área de concentração História do Tempo Presente, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

uma realidade considerada injusta. Trata-se, portanto, de palavra moldável, capaz de aglutinar uma gama de significados incongruentes. Em geral, fala-se de vandalismo no intuito de rotular atos que implicam riscos, ainda que ínfimos, à integridade física e/ou simbólica de bens de propriedade pública ou privada. Quando tais atos se voltam contra bens reconhecidos como patrimônio cultural, há ainda o receio de que possa ter havido a quebra do elo de transmissão de uma herança do passado, já não mais ileso às adversidades de outro tempo. Na busca por identificar culpados, os fantasmas de um mundo dito civilizado são projetados sobre um outro desconhecido: o “vândalo”.

A exemplo de outros rótulos depreciativos, o uso da palavra vandalismo recai, frequentemente, em indiferença ante a motivos de atos e atores que se desviam de normas socialmente estabelecidas. Conforme Gamboni (2014), a palavra, inventada em fins do século XVIII pelo bispo francês Henri Grégoire para denunciar a destruição de monumentos nacionais, ainda é utilizada para indicar um tipo de ação irrefletida, cujos motivos são vistos como gratuitos. A palavra já não carrega no uso comum a estranheza do sentido metafórico inicial, que aludia a um povo de origem germânica que avançou sobre os limites do Império Romano no século V. Hoje, vandalismo é uma metáfora cuja força inicial se exauriu, sedimentada na língua comum como uma espécie de catacrese. Isso ajuda a entender a persistente inadequação entre a palavra e aquilo que ela pode nominar, o que dá margem a processos inacabados e insuficientes de significação. Utilizada como rótulo abrangente e generalizante atribuído a atos diversos, a palavra vandalismo incide no julgamento moral de seus atores, os vândalos, como sujeitos brutos e ignorantes e, por isso, incapazes de perceber valores que se supõe inestimáveis a eles mesmos e àqueles com quem convivem. Ao circunscrever os vândalos ao reino da “desrazão”, não se percebe e não se quer perceber racionalidades que se revelam nas margens de uma sociedade.

Em nossa contemporaneidade, rejeições ao vandalismo pintam a imagem de uma sociedade sob constante ameaça de invasão por novos bárbaros. Para Chatzigiannis (2013, p. 183), a interpretação de um ato considerado vandalismo depende de seu contexto social e político, pois, enquanto algumas destruições do passado hoje “são comemoradas como eventos históricos importantes”, a exemplo do incêndio da Bastilha na Revolução Francesa, outros eventos recentes, ocorridos no seio de sociedades democráticas e em tempos de paz, “são negligenciados, ignorados ou criticados como atos estúpidos, antissociais ou mesmo

como crimes contra o patrimônio cultural”¹. A palavra vandalismo representa uma exclusão radical, já que os vândalos são discursivamente relegados aos confins do mundo que se imagina civilizado e estabelecido dentro dos limites da ordem. Isso quer dizer que, entre as palavras civilização e vandalismo, há uma dicotomia, que, na acepção de Bauman (1999, p. 22), representa “um exercício de poder e ao mesmo tempo sua dissimulação”. Ainda que crie a ilusão de simetria entre termos opostos, uma dicotomia só pode vingar ao separar e pôr algo de lado, demarcando uma assimetria de poder. A dicotomia, quando mobilizada para explicar divisões da vida social, cria um “outro”, ao mesmo tempo em que reforça o poder de autoafirmação de quem se imagina do lado elevado da linha invisível que os separa. A palavra vandalismo, tal como se costuma utilizar, indica a negação da civilização, o reverso de um mundo se que se vê racional e moderado. Deve-se levar em conta, porém, que só é possível dar significado à civilização, e dizer com clareza o que ela é, ao definir, conjuntamente, o que ela não é e não pode ser. A invenção do vândalo funciona como uma solução para definir com alguma nitidez os incertos limites da civilização.

Neste artigo, proponho traçar um percurso histórico pontuado por momentos em que a palavra vandalismo serviu para delimitar um mundo que imaginou a si mesmo como civilização. Parto do pressuposto de que a palavra, em seus diferentes empregos na linguagem comum, recaiu na invenção e reinvenção daquilo que ela pode nominar, pois, mais do que constatar algo existente, fez algo novo acontecer e passar a existir. Com o objetivo de compreender a historicidade do presente, desenvolvo uma genealogia do conceito de vandalismo, situando interconexões entre a invenção do neologismo na França pós-revolucionária, por Henri Grégoire, e sua disseminação em manifestos publicados na imprensa periódica durante o século XIX e início do XX na própria França e, também, em Portugal e no Brasil. No caso francês, são discutidos os textos “Sur la Destruction des Monuments en France”, que veio a público em 1829, e “Guerre aux démolisseurs”, publicado em 1832 na *Revue des Deux Mondes* pelo escritor romântico Victor Hugo. Para o contexto português, são discutidos quatro textos publicados, entre 1838 e 1839, pelo historiador Alexandre Herculano no jornal *O Panorama*, depois reunidos e reformulados com o título “Monumentos Pátrios”. Já no caso brasileiro, são discutidos os textos “Pelo Passado Nacional” e “Remendos Inestéticos”, publicados em 1916 e 1920 na *Revista do Brasil* pelo crítico literário Alceu

¹ Neste artigo, a tradução livre das citações de textos publicados em idiomas estrangeiros é de minha autoria.

Amoroso Lima². O percurso interpretativo é balizado por algumas questões: Ao se falar em vandalismo, o que se quer dizer? O que está encoberto pela plasticidade e abrangência dos usos da palavra? Quais suas derivas históricas? Como esses textos, ao denunciar vandalismos, inventaram uma ideia de patrimônio cultural?

Antes, porém, caberia refletir se é apropriado considerar a palavra vandalismo um conceito. Tal reflexão se mostra relevante ao ter em mente que conceito é uma função atribuída a certas palavras e não a outras. Conforme Droit (2009, p. 120), “um conceito pode ser definido como uma forma abstrata que permite organizar em uma classe uma série de objetos distintos que apresentam uma ou várias características comuns”. Para ele, tal premissa não condiz com a palavra bárbaro, que, em sua história, serviu para designar realidades muito antagônicas: a falta de educação, por um lado, e o refinamento mais civilizado, por outro. Assim, nesse caso “não é possível constituir um conjunto de características homogêneas para criar o conceito que permita agrupar a totalidade de usos da palavra” (DROIT, 2009, p. 121). Ele sugere, então, tomar a palavra bárbaro como um operador cuja função é separar determinado grupo de seu outro, ao demarcar uma linha imaginária para cindir o espaço social entre os que estão dentro e os que devem ficar de fora. Função análoga possui a palavra vandalismo, que, como já dito, opera para segregar aos confins de um mundo civilizado condutas consideradas brutas e ignorantes. Contudo, diferente de bárbaro, a palavra vandalismo quase sempre recai em significados depreciativos. Mais do que descrever uma dada realidade, a palavra serviu para nomear e condenar práticas sociais, denunciar seus praticantes e reunir esforços para coibi-los.

Nesse sentido, é possível encontrar nos usos da palavra vandalismo características que a fazem funcionar socialmente como um conceito. Como lembra Koselleck (2006, p. 109), um conceito é mais do que a palavra que o identifica, pois ela apenas se torna conceito “se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”. Pelo seu poder de abstração, um conceito concentra múltiplos significados historicamente contextualizados. Ainda para Koselleck (2006, p. 106), se existem conceitos cujos significados permaneceram pouco alterados, existem outros “cujo conteúdo se alterou de maneira tão decisiva que, a despeito da mesma constituição

² Com a intenção de oportunizar maior fluidez na leitura deste artigo, procedi a uma atualização ortográfica das citações de textos em língua portuguesa, em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

linguística, são dificilmente comparáveis”. Há, também, “neologismos que surgem em certos momentos e que reagem a determinadas situações sociais ou políticas cujo ineditismo eles procuram registrar ou até mesmo provocar” (KSELLECK, 2006, p. 107). O momento da invenção da palavra vandalismo aponta uma situação intermediária. O neologismo foi cunhado, no século XVIII, para explicar algo novo, porém ao retomar sedimentos de usos já costumeiros da palavra vândalo para nomear sujeitos tidos, pelos defensores da razão e da civilização, como irracionais e incivilizados.

Ao ler e interpretar manifestos que deflagraram campanhas em defesa do patrimônio cultural, é possível perceber derivas históricas do conceito de vandalismo. Mais que perseguir uma origem ou o momento fundante, pode-se observar o conceito de vandalismo “vestido em diferentes trajes”, para parafrasear livremente uma frase de Herculano (1982). Os textos analisados remontam a discussões de personalidades públicas a respeito dos valores atribuídos ao passado e seus vestígios, das diferentes concepções de história e memória, dos ideais de civilização frente à barbárie, bem como dos caminhos a seguir rumo à consolidação de uma nação.

Uma “revolução semântica” e a resignificação de vestígios de um passado infame

A historiografia tem destacado o lugar central da Revolução Francesa na história das ideias e práticas relacionadas ao patrimônio cultural. Segundo Choay (2006), a preservação de monumentos nacionais emergiu do mesmo aparelho revolucionário que incitou a destruição de símbolos do Antigo Regime. Para Poulot (2009, p. 103), a Revolução forjou uma “nova economia moral das imagens” com vistas a “regenerar” vestígios do passado, pois, ainda que promovesse a destruição de “imagens corrompidas”, procurou, também, “revelar a arte autêntica, até então relegada aos depósitos obscuros do despotismo”. Acontecimento que marcou ruptura na vida política e social, a Revolução Francesa foi, também, ruptura na “ordem do tempo histórico” (HARTOG, 2013). Entre o presente, que voltava seus olhos para o futuro, e o passado despótico, deixado para trás, uma brecha se interpôs. Voltou-se contra símbolos opressivos com o fim de imaginar futuros que levariam ao progresso e à liberdade.

Para anunciar o ineditismo revolucionário e explicar o que ainda era novo para ser entendido pelo vocabulário corrente, novas palavras foram inventadas, enquanto outras, já conhecidas, passaram por uma “revolução semântica”, a começar pelo próprio vocábulo

revolução. Essa palavra, que agora pode significar tanto golpe, desordem ou guerra civil, como, também, uma transformação de longo prazo, é um produto linguístico da modernidade. Segundo Koselleck (2006), revolução se referia ao movimento astronômico de eterno retorno, a volta ao ponto de partida em movimento cíclico análogo ao dos planetas em torno do sol. Contudo, após a Revolução Francesa, o vocábulo passou de um uso trans-histórico, referente à natureza, a um uso histórico, com ênfase no humano. Além disso, houve uma inversão na ordem do tempo histórico, já que a palavra passou a significar abertura ao futuro e não mais o eterno retorno ao passado.

A ideia de civilização, como caminho a trilhar em oposição à barbárie, também foi forjada no contexto iluminista francês. Benveniste (1976) sugeriu que, provavelmente, os mais antigos exemplos do uso da palavra se encontrem na obra *O amigo dos homens ou Tratado da população*, escrita em 1757 pelo marquês de Mirabeau, um filósofo fisiocrata. Para Benveniste (1976, p. 376), a novidade da palavra estava ligada a mudanças na concepção tradicional de homem e de sociedade, pois “da barbárie original à condição atual do homem na sociedade, descobria-se uma gradação universal, um lento processo de educação e de refinamento”. Portanto, a palavra passou a definir o sentido temporal rumo ao futuro e uma ideia de continuidade entre as diferentes épocas.

O neologismo *vandalisme*, ainda que evocasse uma interpretação do passado medieval, emergiu como reação a uma novidade sentida por aqueles que viveram o fervor da Revolução Francesa. Em 1794, o jesuíta Henri Grégoire, bispo de Blois, dirigiu três relatórios à Comissão Nacional Francesa em denúncia de saques e destruições de monumentos nacionais. Em momento no qual ainda ecoavam com intensidade os clamores revolucionários, grande parte do acervo relacionado ao passado nacional era identificada, por muitos de seus compatriotas, como uma herança indesejada do Antigo Regime. No primeiro dos relatórios, de 11 de janeiro, Grégoire invocou a palavra vandalismo com o fim de denunciar destruições em território nacional e apresentar meios para coibi-las, combatendo o que ele considerava uma evidência da ignorância e ganância que empobrecia e desonrava a Nação. Para ele, a denúncia serviria como “grito de indignação da Convenção” que reverberaria por toda a França de modo a afastar espíritos “contrarrevolucionários” e incentivar “todos os bons cidadãos a vigiar os monumentos às artes e a ajudar a conservá-los”, além de colaborar delatando “instigadores de atos de vandalismo” (GRÉGOIRE, 1867, p. 40). Ao citar diversos

exemplos, o relatório concluía que “em todos os lugares, a pilhagem e a destruição são a ordem do dia” (GRÉGOIRE, 1867, p. 44).

Porém, como convencer seus compatriotas da necessidade e importância de proteger e preservar monumentos que, em um passado recente, simbolizavam opulência e poder e que ainda eram vistos como marcados por essa infâmia? Grégoire (1867, p. 53), ao propor o inventário de riquezas culturais da Nação, argumentou que era preciso “fornecer novas armas para a liberdade dos monumentos que o despotismo tentou esconder”. Afinal, como artigos de luxo destinados ao uso restrito da aristocracia, muitos desses monumentos eram invisíveis à maior parte da população. Além disso, mesmo quando em circulação pública, a invisibilidade, como sugeriu Grégoire, era fruto da presumida ignorância de uma população cujo olhar não havia sido adequadamente educado para reconhecer o verdadeiro valor dos monumentos nacionais. Para tanto, o Relatório conclamava os legisladores a utilizar as coleções “imensas e preciosas” a um novo fim: “servir à instrução dos cidadãos” (GRÉGOIRE, 1867, p. 57).

Para usar uma expressão de Bourdieu (2004), pode-se dizer que Grégoire almejou produzir uma “transubstanciação simbólica” de bens relacionados ao passado nacional. Um novo produto simbólico estava a ser forjado a partir desses bens, o que implicou a condução de um novo modo de olhá-los e a disseminação da crença em seus valores. Foi preciso, portanto, investir esforços para ressignificar bens que evocavam lembranças de um recente passado despótico, convertendo-os, a partir do esforço de pessoas ilustradas, em monumentos de valor histórico e artístico necessários ao ideal civilizatório. Novos significados foram atribuídos a esses bens, o que coadunava com a vontade de estimular um renovado sentimento patriótico. Como reconheceu Grégoire (1867, p. 60), além de impor medidas repressivas, o sucesso do combate ao vandalismo demandaria medidas de cunho moral: “Vamos fazer um apelo às sociedades populares, a todos os bons cidadãos e, especialmente, aos representantes do povo (...) para dobrarem seus esforços em despertar e iluminar o patriotismo”. Para Poulot (1995, p. 203), “Grégoire utilizou a moralidade pessoal como base para uma política do patrimônio que (...) habilitou a sociedade para estabelecer o seu próprio respeito pelos monumentos ao vê-los como bens confiados a cada um dos seus membros”.

As denúncias impulsionaram a criação de mecanismos para proteger e preservar monumentos que, depurados pelo escrutínio de homens cultivados, foram considerados de

inquestionável valor. Além disso, foram estabelecidos meios para controlar as travessias ilícitas de “riquezas” para fora das fronteiras do território nacional. Portanto, o desejo de Grégoire, compartilhado por outros pensadores de seu tempo, atuou na formação de uma sensibilidade patrimonial no Ocidente. É preciso destacar, porém, que as denúncias disseminaram um estigma imputado aos envolvidos em ataques contra bens culturais. Como destacou Poulot (1995, p. 192), “o relato de um ato de vandalismo cai dentro de uma lógica de denúncia e acompanha um programa político e cultural projetado para proteger o mundo civilizado contra a barbárie”. Ao investir esforços para edificar um mundo civilizado e estabelecer condutas civilizadas, foi preciso definir a barbárie e estigmatizar os bárbaros, ou seja, os vândalos. A exemplo da França, outras nações vincularam a invenção de seus monumentos ao ideal civilizatório.

A invenção da palavra vandalismo foi debatida por historiadores da Antiguidade que buscaram compreender como o declínio do Império Romano figurou no imaginário francês do século XVIII. De acordo com Gonzáles García (2013, p. 102), Grégoire, ao cunhar a palavra, “seguia uma tradição bem estabelecida, invocando as grandes invasões que puseram fim ao poderio imperial romano no Ocidente ao considerar destruições contemporâneas”. Os vândalos, para o autor, “nunca praticaram as barbaridades como as que lhes estigmatizava tão perverso neologismo, pois admiravam a cultura greco-latina e suas destruições nunca foram gratuitas, mas resultado de suas violentas conquistas” (GONZÁLES GARCÍA, 2013, p. 102). Ao se referir a vândalos e não a godos, hunos ou lombardos, Grégoire se fundamentava em leituras habituais em ambientes eclesiásticos de seu tempo: as obras *A Vida de Santo Agostinho*, de Possídio, e *História das Perseguições*, de Victor de Vita, escritas no século V. A partir das próprias vivências, os autores deram relevo ao afã destruidor do povo vândalo, sobretudo no norte da África. É possível, então, inferir que a recepção de tais obras possa ter inspirado o termo vandalismo como sinônimo de destruição gratuita e descontrolada. Assim, concluiu Gonzáles García (2013, p. 102-103) que Grégoire “não inventou uma nova acepção sobre os vândalos, mas se limitou a repetir um velho estereótipo que remontava ao mesmo momento da irrupção dos vândalos na África romana”. Em 1798, essa palavra foi incluída na quinta edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* com o significado de destruição sistemática das artes e ciências, o que permitiu sua rápida disseminação pela Europa e tradução para outros idiomas.

Por sua vez, Álvarez Jiménez (2008) alertou para o fato de que Grégoire poderia ter optado por outras analogias. Ele poderia ter evocado a *damntio memoriae* romana ou a iconoclastia bizantina para se referir às destruições em seu próprio tempo. Segundo o autor, ambas as expressões aludem à destruição do patrimônio “com o fim de abolir a lembrança de uma determinada pessoa, como sucede no caso da *damnatio memoriae*, ou uns objetos de arte que, segundo uma parte da população e o clero bizantino nos séculos VIII e IX, faziam reviver o conceito de idolatria” (ÁLVAREZ JIMÉNEZ, 2008, p. 118). Poderia, então, o bispo francês ter optado por outro neologismo, a palavra “damnatismo”, ou retomado a ideia de iconoclastia? Segundo Álvarez Jiménez (2008, p. 118), “o peso de Roma no imaginário coletivo europeu e seu papel como gérmen da cultura ocidental são evidentes e seu prestígio como referente da Revolução Francesa é inegável”. Portanto, seria inadequado a Grégoire utilizar qualquer expressão que remetesse a destruições protagonizadas por romanos. Possivelmente, mostrou-se mais apropriado aos princípios revolucionários “aludir a um povo bárbaro, cuja irrupção, junto ao resto dos povos bárbaros, supôs o fim do Império e o começo da Idade Média, do feudalismo e das estruturas do Antigo Regime que se pretendia eliminar” (ÁLVAREZ JIMÉNEZ, 2008, p. 118).

Outras hipóteses foram levantadas por Merrills (2009) ao refletir sobre o processo que levou os vândalos a serem proscritos das narrativas historiográficas a respeito do declínio do Império Romano e dos limites do período medieval. Como destacou, antes da emergência da palavra vandalismo, os vândalos já eram vistos como violentos e, também, já eram associados a recentes atos de barbarismo, de modo similar aos godos, hunos e outros povos bárbaros. Porém, continuavam a permear uma visão romântica do passado, ainda que menos célebres se comparados a povos germânicos estimados como heroicos. Isso mudou completamente após os relatórios de Grégoire, quando os vândalos passaram a ser lembrados apenas por sua violência e destruição. Como pondera Merrills (2009, p. 159), não há dúvida de que “eram adequados o suficiente como um ponto de comparação para o comportamento violento”, porém “eles não teriam sido uma escolha particularmente óbvia”. Aliás, antes da invenção do neologismo por Grégoire, os godos, e não os vândalos, eram invocados com mais frequência para representar atos de excessiva violência³.

³ O artista Rafael escreveu em 1519, com Baldassar Castiglione, uma carta ao Papa Leão X em que se relatou depredações de ruínas da Roma Antiga com o fim de extrair materiais úteis a novas edificações, atos comparados

É curioso que, enquanto os vândalos foram associados a atos que ameaçaram destruir bens do passado, os godos acabaram associados a expressões artísticas medievais que povoaram o imaginário romântico do século XIX, sobretudo na consolidação de uma arquitetura gótica como a materialidade durável dos primórdios das nações europeias. No Renascimento, o termo gótico possuía significado depreciativo. Cunhado no século XVI pelo historiador da arte Giorgio Vasari, a palavra foi utilizada para menosprezar as artes medievais como coisas de godos, expressões obscuras e negativas que se contrapunham à perfeição da Antiguidade. Na Inglaterra oitocentista, Ruskin (2006, p. 67), ainda que desconhecesse a origem do termo, presumiu “que qualquer que tenha sido o momento em que pela primeira vez foi usada, esta palavra implicava reprovação e exprimia o caráter bárbaro das nações entre as quais teria surgido aquela arquitetura”. Porém, ao revalorizar o medievo e sua arquitetura peculiar, cujo valor, para ele, estaria justamente em seu caráter rude e selvagem, propôs ressignificar de modo positivo o termo gótico.

De acordo com Merrills (2009), duas hipóteses podem ser aventadas para a escolha de Grégoire. Em nível mais óbvio, é preciso ter em conta que vandalismo é palavra foneticamente agradável e fácil de ser pronunciada, a contrário de outras opções. Porém, hipótese mais apurada pode ser localizada no fascínio de historiadores e filósofos franceses pelo momento do declínio do Império Romano do Ocidente, tomado como nascimento da Nação. Desde fins do século XVI, narrativas historiográficas situam nas batalhas dos francos pela conquista da Gália, entre os séculos V e VI, a origem do moderno estado-nação francês. Ainda que houvesse algumas divergências, consolidou-se a interpretação de que o período merovíngio marcou a fundação da Nação e de que os povos francos foram responsáveis por aliar heranças culturais romanas e germânicas. Os vândalos, por sua vez, não contavam com tal prestígio, assumindo, geralmente, o papel de bárbaros odiosos. Isso tinha um peso significativo nas narrativas sobre a história francesa, já que os vândalos, assim como os francos, invadiram a Gália, no ano 406. Contudo não estabeleceram bases para um futuro nacional, nem na Gália, nem mesmo no norte de África, onde fundaram em Cartago um reino que perdurou pouco mais de um século. Os historiadores franceses, embora discordassem quanto às interpretações sobre a conquista dos francos, “poderiam concordar que os vândalos

aos cometidos por godos e vândalos. Como indagaram: “Mas por que nos queixamos dos godos, dos vândalos e de outros igualmente perversos inimigos, se aqueles mesmos que, como pais e tutores, deviam defender essas míseras relíquias de Roma por longo tempo de dedicaram a destruí-las?” (RAFAEL, 2010, p. 46).

eram visivelmente malsucedidos em suas próprias tentativas de estabelecer uma nação” (MERRILLS, 2009, p. 164). Portanto, assim como foi negado aos vândalos qualquer papel relevante nas narrativas sobre as origens da França, Grégoire procurou proscrever os vândalos contemporâneos de narrativas que seriam contadas sobre a Revolução Francesa.

Ainda na França, a difusão da palavra vandalismo contou com notável contribuição do escritor Victor Hugo. Em 1825, após uma viagem a Reims para a coroação de Carlos X, o escritor redigiu seu manifesto “*Sur la Destruction des Monuments en France*”, que veio a público em 1829. Essa viagem, com Charles Nodier e Alphonse de Cailleux, coautores do Barão Taylor na obra *Voyages pittoresques et romantiques dans l’ancienne France*, deixou-lhe a impressão de um país em ruínas. Em seu texto, Victor Hugo clamou por uma lei para preservar monumentos ameaçados de destruição ou restauros malfeitos. Acreditava que, se nada fosse feito, logo restaria pouco dos vestígios do passado nacional. Era necessário, para ele, que “um grito universal” conclamasse “a nova França ao socorro da antiga”, pois “todos os gêneros de profanação, de degradação e de ruína” colocavam em risco o que restava dos “admiráveis monumentos da Idade Média, onde se imprimiu a velha glória nacional” (HUGO, 1958. p. 17).

Em 1832, em resposta à destruição da torre de Louis D’Outremer, em Laon, Hugo retomou suas críticas no manifesto “*Guerre aux démolisseurs*”, publicado na *Revue des Deux Mondes* e incluído, em 1834, na obra *Littérature et philosophie mêlées*. Nesse texto, inventariou destruições em território francês, levantando polêmicas: criticou a centralização administrativa do governo; ridicularizou os que, ao permitir a destruição da arte medieval, acreditavam poder apagar o passado feudal; zombou dos demolidores, considerando-os vermes de um cadáver ou anões de Lilliput, ilha de *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift; menosprezou obras públicas que puseram abaixo edificações antigas; censurou avaliações da arte em termos meramente utilitários, apesar de propor o uso de monumentos para atrair recursos estrangeiros; e condenou restaurações realizadas sem os cuidados necessários. Por fim, retomou sua reivindicação por uma lei para preservar monumentos nacionais, estabelecendo distinção entre uso e beleza, pois, enquanto ao proprietário caberia a prerrogativa do uso, a beleza, na visão dele, pertenceria a todos, indistintamente, o que deveria impor limites ao uso.

O que mais chama a atenção nessa “guerra aos demolidores” é o modo como a palavra cunhada por Grégoire foi reutilizada. Na pena de Hugo, vandalismo não é apenas um

adjetivo substantivado utilizado para rotular a destruição de monumentos. Tal como repisará Alexandre Herculano na mesma década em Portugal, o autor tomou a palavra como personagem de sua narrativa:

Em Paris, o vandalismo floresce e prospera sob nossos olhos. O vandalismo é arquiteto. O vandalismo se enfeita e se empavona. O vandalismo é festejado, é aplaudido, encorajado, admirado, acariciado, protegido, consultado, subvencionado, custeado, naturalizado. O vandalismo é empreiteiro de trabalhos por conta do governo. Instalou-se sorratamente no orçamento, e o vai solapando silenciosamente como o rato a um queijo. E certamente que ganha bem o seu dinheiro. Todos os dias destrói alguma coisa do pouco que nos resta desse admirável Paris velho (HUGO, 1958, p. 30).

Como explicou Mourão-Ferreira (1977), referindo-se a textos escritos por Alexandre Herculano inspirados por Hugo, trata-se aqui de ato retórico de personificação da palavra, ou, mais precisamente, de “personificação por sinédoque de abstração”. Ao recorrer a essa fórmula retórica, optando por falar de vandalismo ao invés de apontar vândalos, Hugo e Herculano procuraram engrandecer o quadro que pintaram, mostrando “um país habitado, dominado e corrompido pelo vandalismo generalizado” (MOURÃO-FERREIA, 1977, p. 12). Buscavam, desse modo, sensibilizar a opinião pública para uma questão que, na visão deles, demandava ações urgentes.

Em resposta aos apelos de Hugo, o historiador Charles de Montalembert publicou na mesma *Revue des Deux Mondes*, em 1833, o texto “Vandalisme en France, lettre à M. Victor Hugo”, e, anos depois, “Le Vandalisme en 1838”, ambos incluídos no livro *Du vandalisme et du catholicisme dans l’art*, de 1839. No primeiro texto, manifestou sua dívida moral para com Hugo. Católico devoto que era, a Montalembert o vandalismo não exprimia apenas “brutalidade ou tolice”, mas, além disso, “um sacrilégio”. Os atos de destruição por toda a França fizeram-no crer que não se poderia mais prescindir da reunião de esforços em reação contrária. A pressão para isso se justificaria pelo valor e importância dos monumentos nacionais, que ele considerava heranças de um passado glorioso, a persistência da memória, da história e, principalmente, da fé cristã. Para Montalembert, longas recordações fazem grandes pessoas e o vandalismo era afronta à memória do passado. Tal desdém pela herança recebida, como acreditava, seria severamente julgado no futuro: “Eu ignoro que pena a posteridade vai infligir a este desprezo estúpido, que tiramos de nossa nulidade moderna para lançá-lo às obras-primas de nossos pais; mas esta pena será grave e dura” (MONTALEMBERT,

1933, s/p). Em seu inventário de destruições, ele distinguiu, quanto às motivações e agentes responsáveis, dois tipos de vandalismo: o “vandalismo destruidor” e o “vandalismo restaurador”.

Companhas contra o vandalismo, encampadas na imprensa por personalidades preocupadas com a proteção do patrimônio cultural, ocorreram, também, em outros países do Ocidente, inclusive em Portugal e no Brasil. Após período de exílio na França, alguns pensadores retornaram aos seus países engajados na luta pela criação de instituições e mecanismo legais para garantir a transmissão ao futuro de vestígios do passado nacional que, por acaso ou destino, ainda perduravam no presente.

Uma cruzada contra índole destruidora

Ao menos desde 1977, quando se comemorou o centenário de sua morte, Alexandre Herculano é reconhecido como precursor na busca pela preservação do patrimônio em Portugal, ou, nos termos dele, dos “monumentos pátrios”. Estudiosos do tema têm relevado o caráter fundante de um conjunto de textos de Herculano publicados em *O Panorama*, jornal literário e instrutivo que dirigiu entre 1837 e 1839 às custas da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Como salientou Archer (2003, p. 3), foi pelas mãos de um historiador, o “mais notável e sistemático dos historiadores portugueses do século XIX”, que a questão do patrimônio ganhou fôlego e “entrou pela porta grande na cena das preocupações mentais e da reflexão cultural e cívica da sociedade portuguesa”.

Alexandre Herculano, que viveu entre 1810 e 1877, foi um intelectual engajado em questões públicas de seu tempo, tendo aderido fielmente ao pensamento liberal no combate ao absolutismo e ao centralismo monárquico. Além de ter escrito obras de literatura e história, ele também atuou como jornalista. Conforme Baptista (1977), Herculano escreveu diversos textos para jornais portugueses e seguiu breve carreira na imprensa, ao dirigir dois periódicos: o *Diário do Governo* e *O Panorama*. Neste último, onde não tinha um superior hierárquico, a não ser a empresa que o contratou, Herculano assumiu praticamente todas as funções necessárias ao seu funcionamento. Nas palavras de Baptista (1977, p. 26), *O Panorama*, a considerar a qualidade de seu conteúdo e a elevada tiragem para a época (chegou a 5.000 exemplares), “constituiu, de facto, um notável empreendimento cultural no acanhado e atrasado meio do tempo”. O periódico seguia a fórmula bem-sucedida empregada pelo jornal

The Penny Magazine, fundado cinco anos antes em Londres com o intuito de disseminar, a um preço mais acessível, instrução às classes populares.

Logo no primeiro número de *O Panorama*, publicado em 6 de maio de 1837, uma introdução redigida por Herculano anunciava que a Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, a exemplo de “países mais ilustrados”, desejava “um jornal que derramasse uma instrução variada, e que pudesse aproveitar a todas as classes de cidadãos, acomodando-os ao estado de atraso em que ainda nos achamos” (HERCULANO, 1837, p. 2). No mesmo número, em um texto sobre as ruínas da Igreja do Carmo de Lisboa, intitulado “A Arquitetura Gótica”, Herculano (1837, p. 2) expressou preocupação: “Em nosso país os monumentos do estilo gótico têm sido assaz desprezados, e até a barbaridade e ignorância lhes têm feito uma guerra cruel”. Ao citar exemplos que indicavam o desprezo, Herculano (1837, p. 2) propôs que, “para salvar o que ainda resta, cumpriria que o Governo e as Municipalidades vigiassem pela conservação destes monumentos, e pudessem coibir essas bárbaras demolições”, tal como já ocorria na Inglaterra e na França. Uma gravura da Igreja do Carmo, feita por Manuel Maria Bordalo Pinheiro, ilustrava o texto, dando início ao projeto romântico de um “museu de imagens” na imprensa periódica (RIBEIRO, 2014).

Em seu número inaugural, *O Panorama* sinalizava duas linhas de força do romantismo que, em Portugal, emergiu com a vitória liberal de 1834. A derrota de D. Miguel I pelo seu irmão, D. Pedro IV, apaziguou a instabilidade política que, após a morte de D. João VI em 1826, colocou absolutistas e constitucionalistas em guerra civil. Se, por um lado, o romantismo liberal buscava dar continuidade à herança iluminista e retomar o intento de civilizar o país por meio da instrução, por outro, afastava-se dessa herança de modo a corrigir um cosmopolitismo universalista e regressar às origens da “alma nacional”. Instruir as diferentes classes requeria a divulgação de conhecimentos “úteis”. Por sua vez, delinear os contornos da nacionalidade requeria que tais conhecimentos incluíssem, enfaticamente, o estudo da história pátria. Daí uma profunda sensibilidade em relação ao passado medieval e aos seus vestígios ainda presentes em Portugal, como, por exemplo, as edificações em arquitetura gótica.

Segundo Catroga (1996), a derrocada do absolutismo miguelista alçou intelectuais românticos ao um papel de “mediadores da verdade” na consolidação do liberalismo monárquico-constitucional em Portugal. Considerando-se membros da “república das letras”,

a qual ascenderam por mérito, tais intelectuais tomaram para si o desafio de irradiar nova cultura e “regenerar” ou “refundar” a Nação, em oposição ao Antigo Regime. Para tanto, propuseram um retorno ao que seria a “essência” das origens, a um passado medieval que supostamente persistia na cultura popular, nos monumentos, nos costumes, na memória e na história. Frente à “decadência” do presente, era mister, na visão desses intelectuais, valorizar as grandezas de outrora. Logo, conforme Catroga (1996, p. 47) “poder-se-ia mesmo concluir que, num país pequeno e decadente como Portugal, o passado representava a mais-valia legitimadora dos direitos históricos em relação a potências mais poderosas”.

Se uma nação, na acepção Anderson (2008), é “uma comunidade política imaginada”, ao reunir pessoas diferentes que sequer se conhecem e que, possivelmente, nunca venham a se conhecer, é certo que essa imaginação não pode prescindir de interpretações do passado. O passado da nação se sustenta no apego à terra dos pais, em afetos inspirados pela ideia de pátria. Como ponderou Catroga (2008, p. 10), é “a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais”, tendo como força motriz a busca pela ancestralidade. Além de temporalização, a ideia de pátria projeta-se, ainda, sobre o espaço, tornado território ou paisagem. Segundo o autor, “ao privilegiar a *origem* e a *herança*, a pátria é, sobretudo, *memória*, instância que enlaça, retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através do qual os indivíduos se reconhecem como *com-patriotas*” (CATROGA, 2008, p. 10).

As palavras pátria, nação e Estado, embora diluam-se em discursos políticos, não se referem à mesma coisa. Enquanto pátria diz respeito a um apego afetivo no tempo e no espaço, Estado se refere à dimensão institucionalizada do poder exercida sobre uma população e um território. Entre a pátria e o Estado, a ideia de nação se interpõe como instância de conexão. Como indicou Catroga (2008, p. 21), “a nação *está* na pátria, pelo que exige um *território* (real ou imaginário) e uma *população*”, do que decorre que “a ‘nação’ é ôntica e cronologicamente posterior à ‘pátria’, tal como o mundo criado vem depois da criação”. Assim, Herculano, ao rever seus textos de juventude para incluí-los na obra *Opúsculos* reivindicou, com a expressão “monumentos pátrios”, passados anteriores à consolidação de Portugal como Estado e, também, como nação. Apelou a afetos pátrios ligados a bens de natureza material que, por terem perdurado desde tempos remotos,

serviam ao anseio de refundar a nação portuguesa em renovadas bases morais.

Não é irrelevante o fato de ter sido um historiador do século XIX a conclamar a defesa dos monumentos portugueses. Leitor de autores alemães, franceses e ingleses, Herculano acomodou ao contexto português a voga do romance histórico, promoveu uma renovação historiográfica, ao aplicar métodos rigorosos em suas investigações, além de ter reunido documentos caros à história nacional. Segundo Catroga (1996), a obra de Herculano resume o que se poderia classificar de “historicismo romântico”, que, a exemplo do historicismo alemão de Leopold Von Ranke, aspirava a verdade dos fatos, ao tempo em que buscava corrigir o universalismo abstrato das modernas filosofias da história. Portanto, caberia ao historiador sustentar suas sínteses em análises minuciosas de documentos, em busca de causalidades múltiplas dos fatos. Ainda que refutasse as filosofias da história, o historicismo romântico não prescindiu de predizer o futuro, pois “os imperativos da crítica documental coexistem com uma ordenação teleológica do tempo: o presente seria mais pobre do que a fase do passado modelar e paradigmática, mas ambos seriam uma espécie de *períodos sacrificiais* necessários ao advento de um futuro melhor” (CATROGA, 1996, p. 95).

O século XIX foi considerado “o século da história”, pois foi em seu decurso que a história se tornou uma disciplina com relativa autonomia no meio acadêmico. Foi nesse século, também, que os historiadores, em busca de sustentação a uma verdade histórica, envidaram esforços para preservar o que restava das referências do passado. Sob essa ótica, torna-se compreensível a atuação de Herculano na defesa dos “monumentos pátrios”, pois foi com lentes de historiador que ele olhou para seu próprio tempo e sua própria pátria. Conforme Ribeiro (2014, p. 58), Herculano valorizou a “vertente histórica e documental atribuída ao monumento, entendido como um conjunto de factos e acontecimentos que lhe estão ou são associados e não como especificidade histórica de qualquer facto artístico”. Ao ter preterido valores estéticos e se desviado de leituras sob a égide da história da arte, ele procurou nos monumentos rastros de fatos memoráveis da história de Portugal, especialmente do passado medieval, lugar no tempo em que situou os alicerces da liberdade que ele almejava para o futuro nacional. Além disso, o olhar romântico do historiador assentava-se em um modo particular de comungar da fé cristã, o que explica sua interpretação da arte e arquitetura medievais. Como mencionou Maia (2007, p. 32), Herculano rejeitou as leituras do período medieval como momento de decadência “para o identificar como o

momento fundamental em que se afirma a verdadeira religião e, portanto, a verdadeira arte”.

Com inspiração na “guerra aos demolidores”, deflagrada pouco tempo antes por Hugo, os textos de Herculano, publicados entre os anos de 1838 e 1839 em *O Panorama*, conclamaram os leitores a uma “cruzada” contra a índole destruidora que assolava o país. Tais textos foram reformulados e reunidos, entre 1872 e 1873, para integrar seus *Opúsculos*, quando ele já havia se retirado da vida pública para viver na Quinta Vale dos Lobos, localizada em Santarém⁴. Foi em nome do futuro, como o imaginava, que o historiador proferiu seu brado:

Esses que julgam progresso apagar ou transfigurar os vestígios venerandos da antiguidade que sorriam das nossas crenças supersticiosas; nós sorriremos também, mas de lástima, e as gerações mais ilustradas que hão-de vir decidirão qual destes sorrisos significava a ignorância e a barbaridade, e se não existe uma superstição do presente como há a superstição do passado (HERCULANO, 1982, p. 181).

Para Herculano, as destruições teriam ocorrido em dois momentos diferentes na história do país: no passado, quando monumentos foram arruinados por “ignorância” ou “desleixo”, e no presente, em que a destruição lhe parecia uma “vertigem”. Frente a esse presente, ele se colocou em defesa dos monumentos: “Feliz quem isso escreve, se pudesse curar alguém da febre demolidora; salvar uma pedra, só que fosse, das mãos dos modernos hunos” (HERCULANO, 1992, p. 191). É curioso notar que, ao falar de vandalismo, nessa passagem ele se referiu aos hunos, outro povo bárbaro germânico que, segundo Droit (2009, p. 164), figuraram em relatos dos romanos como constituindo “o estágio supremo da barbárie”. Desse modo, realçou as tintas de sua crítica ao que considerava uma violência contra o que restava do passado. Além de censurar os destruidores, Herculano (1982, p. 189) também dirigiu críticas a restauradores pouco afeitos ao que seria a “essência” das edificações, sem, contudo, apontar nomes: “Vê-se a arte na sua lenta agonia rodeada de curandeiros que se propõem sará-la, mas que transfiguram, sem alcançarem qual é o achaque íntimo que a devora”. Na visão do historiador, comparado a outros momentos da história, o presente se mostrava mais violento, pois imperava “o instinto bárbaro, a malevolência

⁴ Os textos foram publicados na seguinte ordem: “Os Monumentos”, em 25 de agosto de 1838; “Monumentos II”, em 1 de setembro de 1838; “Mais um brado a favor dos monumentos I”, em 9 de fevereiro de 1839; e “Mais um brado a favor dos monumentos II”, em 16 de fevereiro de 1839. As discussões que seguem tomam como referência a edição revisada por Jorge Custódio e José Manuel Garcia da obra *Opúsculos*, onde consta o capítulo “Monumentos Pátrios”.

selvagem, a filosofia da brutalidade” (HERCULANO, 1982, p. 191).

Dois motivos levaram Herculano, em seus 28 anos de idade, a sair em defesa dos monumentos. Primeiro, seu descontentamento com os rumos do país após a vitória dos liberais. Com a chamada Revolução de Setembro, em 1836, ascendeu ao poder uma ala mais radical do movimento liberal, os “setembristas”, que, em 1838, promulgou Carta Constitucional que revogou a de 1826, de D. Pedro IV, em defesa de uma ideia de soberania popular. Já os mais conservadores, ala a qual Herculano se integrava, defendia a restauração da Carta Constitucional de 1826 (por esse motivo designados de “cartistas”) e a soberania do monarca, o qual deveria exercer poder moderador. Além disso, ele foi motivado pelos efeitos danosos aos monumentos do Decreto de 1834, subscrito por D. Pedro IV, que extinguiu as ordens religiosas masculinas. De teor anticlerical, o decreto alcunhado de “Mata Frades” em alusão à penúria a que condenou parte do clero, declarou extintos mosteiros, conventos, colégios, hospícios, dentre outras casas religiosas, sendo que seus bens foram incorporados ao tesouro nacional. Ainda que não discordasse por completo da extinção das ordens religiosas em Portugal, sua crítica se voltava contra a indiferença em relação ao patrimônio móvel e imóvel constituído por essas ordens, que, simbolicamente, representava parte importante da história nacional.

Alguns pontos levantados anteriormente nos textos de Hugo foram retomados por Herculano, a exemplo do lamento pela perda da memória nacional e da crítica dirigida àqueles que, também em Portugal, achavam necessário apagar as marcas do Antigo Regime. Inclusive algumas metáforas de Hugo reapareceram na escrita de Herculano, que igualmente caracterizou destruidores como vermes de um cadáver ou anões de Lilliput, incapazes de reconhecer sua insignificância frente às grandezas do passado. Além disso, Herculano, seguindo Hugo, sugeriu o uso do patrimônio como atrativo a visitantes estrangeiros e reivindicou uma lei para proteger os monumentos, ignorando ou, talvez, desconsiderando a vigência, em Portugal, do Alvará de D. João VI, de 1802, que já tratava disso. Ainda sob inspiração francesa, Herculano se valeu da palavra vandalismo, que assume o papel de protagonista em seu brado pelos monumentos:

Corre despejado o vandalismo de um a outro extremo do reino, desbaratando e assolando tudo. Cômico perfeito, desempenha todos os papéis, veste todos os trajes. Aqui é vereador, ali administrador do concelho: ora é ministro, logo deputado: hoje é escritor, amanhã funcionário. Corre na

carruagem do fidalgo, faz assentos de débito e crédito no escritório do mercador, dá silabadas em latim de missais, prega nos botequins sermões de economia política e de direito público, capitaneia soldados, vende bens nacionais, ensina ciências; em suma, é tudo e mora por toda a parte (HERCULANO, 1982, p. 191).

Em diferentes trajes, o vandalismo punha em risco a persistência dos monumentos rumo ao futuro da pátria. Como já dito, trata-se de modo de personificação do substantivo adjetivado, modelo tomado da leitura dos textos de Hugo, embora em “trajes” locais. Esse peculiar modo de tradução cultural, ao moldar ao contexto português as palavras do escritor francês, foi criticado sutilmente nos termos de sua originalidade em *O Panorama*. Em 1842, o historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, que viveu em Portugal e era próximo de Herculano, escreveu artigos sobre o Mosteiro de Belém, em Lisboa. Em um dos artigos, Varnhagen (1842, p. 75) mencionou: “Fácil nos fora pedir a Victor Hugo algumas cores emprestadas para pintar quadros retocados de indignação, contra os consertadores modernos dos edifícios antigos. Porém baste-lhes o que já por este jornal tem ouvido”. Ele defendia que, mais do que bradar contra a destruição, seria necessário aprofundar os estudos sobre especificidades históricas e artísticas dos monumentos portugueses. Com esse intento, ele identificou as características próprias de um estilo arquitetônico nacional, que nomeou de “estilo manuelino”, por ter sido desenvolvido, principalmente, no reinado de D. Manuel I, no século XVI.

Ao contextualizar os textos de Herculano, é preciso lembrar que ele foi um importante tradutor e intérprete do romantismo europeu para o contexto português, especialmente da literatura de língua alemã. Traduções suas de textos estrangeiros foram incluídas nas páginas de *O Panorama*, em atenção ao anseio de que o jornal pudesse oferecer a visão ampla da cultura europeia de seu tempo. Segundo Costa (2013, p. 21), Herculano destacou-se em sua originalidade enquanto tradutor, intérprete e leitor pelo “diálogo criativo e insubmisso que manteve com as fontes sempre que as usava para a sua própria produção, mantendo uma autonomia quase total mesmo no caso de traduções directas, a que talvez por isso preferiu chamar de ‘versões’”. Além disso, deve-se ter em conta, como lembrou Maia (2007, p. 43), que os debates sobre preservação e restauração em Portugal, ao longo do século XIX, foram protagonizados por intelectuais liberais que, por contingências políticas ou vontade própria, viveram em exílio noutros países europeus. Herculano, por ter participado, em 1831, da fracassada insurreição contra o governo de D. Miguel I, exilou-se na Inglaterra e, depois,

na França. Retornou em 1832 a Portugal, como integrante do exército de D. Pedro IV que desembarcou na praia do Mindelo com a finalidade de cercar e tomar a cidade do Porto. Com a vitória na ação militar, Herculano foi nomeado por D. Pedro IV bibliotecário da Biblioteca do Porto, de onde exonerou-se em 1836, por divergência ideológica com os líderes da chamada Revolução de Setembro. Logo após, assumiu a direção do jornal *O Panorama*. Essa vivência no exterior, aliada à sua erudição em outros idiomas, ajudam a entender o modo como Herculano se apropriou de saberes e práticas experimentadas em outros países, adaptando-as ao contexto histórico, político e cultural de Portugal.

No tocante aos efeitos práticos do brado que Herculano fez ecoar nas páginas de *O Panorama*, há que se destacar a criação de uma primeira associação em defesa dos monumentos, a qual, aliás, fez das ruínas da Igreja do Carmo de Lisboa sua sede. Como anunciado no periódico, em 27 de junho de 1840, organizou-se uma associação “composta de pessoas de várias hierarquias sociais, que toma a seu cargo salvar as relíquias dos monumentos portugueses”. Aludindo a textos de Herculano, indagava-se: “Qual será o bárbaro que ousará arrasar ou adulterar essas obras? Não o dizemos por causa da elegância das formas e porque elas sejam modelos da arte, mas porque são as páginas do grande livro da vida de um povo” (CONSERVAÇÃO..., p. 1840, p. 27). Ainda que não se tenha notícias dos desenlaces da iniciativa, pode-se perceber que Herculano acabou por influenciar um olhar que priorizou uma leitura histórica dos valores culturais dos monumentos portugueses.

Já em relação ao uso do conceito de vandalismo, o que chama a atenção é que, tanto em Hugo como em Herculano, a palavra foi proferida para enfrentar as ações de governantes e elites nacionais, de modo inverso ao que se costuma fazer atualmente. Ao descrever um país decadente e em ruínas, bem como as manifestações de um vandalismo “aprimorado no traje”, Herculano tomou posição política contrária aos rumos do governo liberal e denunciou os excessos das elites que ascenderam ao poder em Portugal. Ao fazer isso, deixou entrever, também, o seu modo particular de interpretar o passado e de valorizar os monumentos, sempre em sintonia com a sua busca pela verdade histórica.

O sopro de um vento iconoclasta

No Brasil, ao limiar do século XX, período de instabilidade política e de acalorados debates sobre os rumos da República, implantada em 1889, é possível situar a emergência do

uso da palavra vandalismo em manifestos pela proteção do patrimônio cultural. Em 1916, Alceu Amoroso Lima publicou, na *Revista do Brasil*, o texto “Pelo Passado Nacional”. Trata-se de relato sobre uma viagem às cidades mineiras de Ouro Preto e Diamantina, em companhia do senador Virgílio Mello Franco e seu neto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o qual, em 1937, assumiria a direção do órgão federal de preservação, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ao anunciar uma redescoberta do barroco mineiro e conclamar esforços à sua preservação, Amoroso Lima valeu-se de sua habilidade literária para fazer ouvir, entre seus contemporâneos, “a voz das mortas gerações” ou, ainda, “a lamentação das ruínas”. Pois, como disse, foi ao lado do passado, ou daquilo que restava da materialidade desse passado, que posicionou seu discurso: “Por algum tempo (...) conversei [com] as sombras dos nossos mortos nas ruínas das nossas paisagens. E se ousar agora tomar da pena, é porque deles, dos nossos mortos amados, ouvi uma longa queixa sentida contra o desamparo em que os deixam os brasileiros de hoje” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 1).

As cidades de Ouro Preto e Diamantina (Vila Rica e Tejuco, nos tempos coloniais) eram, por duas razões, simbólicas nas narrativas históricas sobre as origens da nação brasileira, investimento imprescindível face ao desafio que se abria com os novos caminhos da República. Ao autor, a história dessas cidades era intimamente ligada à expansão do território nacional e, portanto, à “epopeia bandeirante”. Conduzidos por desbravadores paulistas, alguns portugueses teriam alcançado o destino almejado: “Chegavam do Reino levados de homens ávidos de ambição que, levados pelos paulistas intemorados, iam desbravar as selvas, rasgar estradas, fundar os lares da pátria futura” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 1-2). Tais homens, acabaram por se estabelecer em solo brasileiro, pois “chegando ao sertão do ouro, ou à margem dos rios diamantinos, não lhes punha o coração a saudade da pátria distante” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 2). Outra razão sugerida pelo autor, é que tais cidades também teriam sido berços da independência nacional, desde o instante em que os mineradores se revoltaram contra o pagamento de tributos à metrópole portuguesa. Nas palavras de Amoroso Lima (1916, p. 2), “Vila Rica e o Tejuco foram, em todos os tempos, dois brasileiros da libertação da terra”.

A *Revista do Brasil*, conforme Luca (1999), foi projeto editorial do paulista Júlio de Mesquita, à época dirigente do jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1915, o empresário buscou expandir seus negócios com a criação de uma revista de perfil literário. Em 25 de janeiro de

1916, saiu o primeiro número da revista. Dois anos depois, Monteiro Lobato, escritor que colaborava regularmente com a revista, a comprou, imprimindo-lhe um perfil mais comercial. Em suma, a publicação assumia caráter nacionalista, buscando detectar entraves ao desenvolvimento do país e apontar caminhos ao futuro. Segundo Luca (1999, p. 47), a *Revista do Brasil* “foi concebida enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo”, tendo em vista que parte da elite ilustrada paulista teria tomado para si o desafio de conduzir o destino nacional, encarregando-se de “esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita”.

No que se refere à geografia e à história nacionais, pairava na revista evidente paradoxo entre o orgulho pela imensidão territorial e o embaraço face a uma história pouco fulgurosa, se contraposta a nações do Velho Mundo. Para Luca (1999, p. 90), “se a linguagem da geografia era grandiosa e compatível com papel que se lhe atribuía, a da história era reticente e insistia nas mazelas e desacertos, deixando poucas possibilidades para uma celebração do passado capaz de despertar a comunhão imediata com as *nossas tradições*”. Contudo, aos intelectuais que atuaram na revista, havia consenso de que se fazia necessário, ao projetar o futuro nacional, mirar-se no promissor exemplo de São Paulo, em sua trajetória de modernização e prosperidade econômica. Na confluência entre louvores de um território vasto e independente e ânsias por encontrar os alicerces pretéritos da Nação, ganhou força um discurso pautado na valorização da figura do bandeirante, sendo que “a narração da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopeia nacional” (LUCA, 1999, p. 87). Essa interpretação do passado, evidentemente, buscava atribuir legitimidade histórica à ideia corrente de que o estado de São Paulo deveria assumir o papel de locomotiva para acelerar a história e conduzir o Brasil rumo ao futuro de progresso e desenvolvimento, no enalço de nações prósperas e civilizadas.

Embora não tenha escrito livros de história e tenha atuado, com mais afinco, no campo da crítica literária, foi o valor histórico que Amoroso Lima reconheceu nas cidades mineiras. Na visão dele, cabia às cidades do passado, “cidades mortas” como Vila Rica e Tejuco, a função de “acordar em nossas almas o respeito pelas coisas de antanho”, pois “o passado é um grande educador” e “suas lições só são verdadeiramente instrutivas quando têm por cenário o quadro em que ele se desenrolou” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 2). Valorizar a história nacional, ainda que recente, exigia preservar os cenários em que se desenrolaram

os enredos do passado. Além do mais, em um país “agonizante à míngua de patriotismo”, mostrava-se urgente “guardar para a nossa e para as gerações vindouras a moldura do nosso passado” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 2).

O texto era um protesto contra a destruição dos vestígios do passado brasileiro, ou, nas palavras do autor, um “grito de revolta” face a situação deplorável dos monumentos nacionais: “Pois bem, por sobre a nossa Terra, vazia de monumentos encanecidos, sopra um grande vento iconoclasta. Ouve-se a cada passo o ruir de uma velha pedra: são a ignorância dos homens e a marcha do tempo, em sua marcha inexorável” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 2). Na visão dele, o Brasil era ainda nação jovem e carecia de monumentos com valor de antiguidade. Chama a atenção o modo como o autor qualificou a palavra iconoclastia, tomada como ato fruto da ignorância, o que se distancia do uso costumeiro da palavra. Aproxima-se, assim, do significado da palavra vandalismo, que também figura no texto. Em alusão a obras executadas na Casa do Contrato, em Diamantina, o autor criticou as tentativas pouco cuidadosas de restauração, que considerou um vandalismo:

Não é somente a demolição o terror das velhas pedras (...), a restauração é talvez ainda mais grave. A morte pode justificar-se, mas nunca a tortura. (...) Ainda quando a presidem um grande sentimento artístico e um respeito severo ao passado, ela é aceitável se inevitável; o resultado único é fazer do edifício uma imagem fria do que foi. Mas, se a restauração se faz, como entre nós, sem a mínima preocupação pelo primitivo aspecto do edifício já não é senão um vandalismo (AMOROSO LIMA, 1916, p. 11).

Em 1920, após ter assumido o pseudônimo de Tristão de Ataíde, o autor retomou a questão na mesma revista, em texto intitulado *Remendos Inestéticos*. Neste escrito, Amoroso Lima foi motivado pela notícia de obras públicas que considerou um “atentado” contra o antigo Paço Imperial e os Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro. Logo de início, Amoroso Lima (1920, p. 360) lança uma pergunta: “Deve um povo em plena mocidade prezar suas tradições? Ou, pelo contrário, esquecer o passado, para melhor encarar o futuro?” Em resposta, ele lembrou que o Brasil, por ser nação jovem, não deveria tentar se equiparar a nações mais antigas. Concluiu que, por isso, seria “inútil dizer que só a volta à tradição nos pode salvar, que os povos que desprezam o próprio passado estão naturalmente voltados à ruína, que a instabilidade do nosso gosto é uma falta de caráter, que o mimetismo é uma prova deplorável de servilismo”, pois não se poderia ir contra “a fatalidade de um estágio provisório de civilização” (AMOROSO LIMA, 1920, 361).

Em uma leitura literal, pode-se ter a impressão de que o autor seguiu outro rumo, contradizendo seus argumentos de 1916. Foi a essa conclusão que chegou Luca (1999, p. 91), quando disse que “o mesmo Amoroso Lima, que em 1916 pregava o culto à tradição, alguns anos mais tarde passou para o campo oposto, sentenciando que ‘temos muito que nos esquecer antes de começarmos a lembrar’”. Todavia, é possível discordar dessa interpretação e sugerir que, ao exprimir decepção frente ao modo como seus contemporâneos lidavam com a presença do passado, ou, ainda, desconfiança em relação às possibilidades de um país novo reconhecer e valorizar a própria história, o autor optou pela ironia como forma de expressão literária. Ou seja, ele escreveu exatamente o contrário daquilo que pensava. Assim, é possível crer que, ainda que mais reticente quanto ao futuro dos monumentos nacionais, ele se manteve firme na batalha pela sua proteção e preservação. Isso fica mais claro no trecho em que ele apontou o seu dever frente à destruição do passado, dever extensivo aos intelectuais de seu tempo: “Calar as palavras de indignação não implica o silêncio. O desamor absoluto pela tradição nacional é normal nos povos em desequilíbrio, como nós, mas não louvável. É de nosso dever, por isso, indicar os sintomas de um mal que, se não é curável, pode ser atenuado” (AMOROSO LIMA, 1920, 362).

Intrigam nesses textos algumas semelhanças com os textos de Hugo e Herculano. Seja no tom de lamento pela perda da memória nacional, seja na menção a ferramentas de destruição (a “febre do alvião e da picareta”), seja no desejo de conclamar as elites em defesa dos monumentos, seja, ainda, na crítica às ações de restauração, é possível identificar filiações com o pensamento romântico do século XIX. Tais semelhanças se mostram, também, quando o autor enfatiza o valor histórico dos monumentos. Em seu texto de 1916, Amoroso Lima (1916, p. 14) afirmou que “nada pode justificar o descaso pelo nosso passado. Se lhe não pesam os anos, nem a excepcional magnificência dos edifícios, avulta o seu valor moral, a sua significação histórica”. Contudo, o indício mais forte de aproximação às ideias de Hugo e de Herculano é o clamor por uma lei para proteger o patrimônio: “E já que vivemos numa época legista, façamos uma lei, essa ao menos útil e benfazeja, à sombra da qual possam viver respeitados os vestígios dos nossos primeiros anos, como colônia e como nação” (AMOROSO LIMA, 1916, p. 14). Ora, segundo Gomes Júnior (2011), Amoroso Lima, antes de seus 21 anos, já havia visitado a Europa em quatro ocasiões, inclusive, residido em Paris durante o ano de 1913, logo após concluir o curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio

de Janeiro. É possível, então, sugerir a hipótese de ele, em suas vivências europeias, tenha tido contato com os textos de Hugo e de outros intelectuais oitocentistas que abraçaram a causa da preservação.

Apesar disso, uma diferença importante precisa ser sublinhada. Se para Hugo e Herculano as comparações históricas se davam no âmbito de uma mesma história nacional, para Amoroso Lima tal comparação levava em conta uma história geral das civilizações, que colocava o Brasil, há pouco tempo desvencilhado da dependência colonial, em defasagem frente a nações mais antigas, sólidas e desenvolvidas do Velho Mundo. Os escritores europeus do século XIX, apesar de menções a países vizinhos, desenvolveram o argumento de que, na longa trajetória histórica da pátria, o presente se apequenava diante de um passado de conquistas e glórias. Portanto, os restos materiais do passado estariam em risco pela indiferença e brutalidade desses “anões”, incapazes de reconhecer a própria inferioridade. Já no caso do Brasil, que, para Amoroso Lima, ocupava posição pouco significativa no concerto das civilizações, seria ainda mais difícil convencer as pessoas de que havia um passado a ser protegido e preservado. Daí o jogo irônico do autor ao referir que mais valia virar as costas ao que passou e começar a mirar o futuro: “Longo tempo havemos de viver com olhos pregados em amanhã, e só começaremos a valer alguma coisa, quando volvermos esses olhos cansados para o nosso passado” (AMOROSO LIMA, 1920, p. 361). Porém, apesar de “vazia de monumentos encanecidos”, a nação brasileira possuía “velhas pedras” evocativas de momentos significativos de sua história, o que demandaria, na visão do escritor, uma lei para protegê-las.

Considerações Finais

Ao tecer uma análise histórica que costura citações de textos escritos por intelectuais que, no século XIX e início do XX, saíram em defesa dos monumentos nacionais, este artigo não segue um percurso interpretativo que, talvez, seria o mais óbvio. Tais textos já ocupam posição de destaque em historiografias que valorizam os primeiros clamores pelo reconhecimento e proteção do que hoje se denomina patrimônio cultural. É inegável a relevância do papel desempenhado por esses intelectuais na conformação de uma “consciência patrimonial”, que se disseminou no Ocidente e em mundos ocidentalizados, como o Brasil. Entretanto, é possível perceber, nas entrelinhas, que esses textos, ao separar e excluir o vandalismo, criaram barreiras contra as possíveis críticas à patrimonialização. No

modo de ver desses intelectuais, todo ato ou ator que ousasse exceder os limites do que se entende por um bom uso de vestígios materiais do passado deveria ser rechaçado aos confins da civilização e permanecer na incompreensão. A palavra vandalismo, cujos sentidos foram adensados nos escritos desses intelectuais, passou a servir como um rótulo para indicar o reverso da civilização, condenando práticas lesivas ao patrimônio, independentemente dos motivos reivindicados por seus perpetradores. Atualmente, como refletiu Poulot (2009) a força da ideia de patrimônio bloqueia os questionamentos a uma obrigação moral de proteger e preservar a presença material do passado. Nas palavras dele, “a afirmação de um ponto de vista contrário – a eventual recusa da patrimonialização ou sua contestação – é rapidamente estigmatizada, no debate público, com o termo ‘vândalo’” (POULOT, 2009, p. 202).

O conceito de vandalismo se mantém vivo e operante no mundo contemporâneo, deslocando-se em diferentes contextos para dar sentido a coisas bem diversas, por vezes completamente distantes do universo do patrimônio cultural. Não utilizamos mais a palavra do modo como ela já foi utilizada no passado, pois, hoje considera-se vandalismo uma multitude de ações inimagináveis ao longo do XIX e início do XX. Além disso, hoje os vândalos são outros, pois, na maior parte das vezes, o rótulo não mais se mostra adequado a proprietários, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, que, por algum motivo, descuidaram de bens cuja tutela lhes cabia. No presente, a palavra parece apenas fazer sentido ao ser utilizada para classificar sujeitos que, ao se apropriarem de bens que não lhes pertencem, afrontam a pretensa inviolabilidade de um direito de propriedade. Estes, aos olhos de quem se considera detentor das mais preciosas virtudes, são sujeitos desclassificados da vida social normal, sujeitos abjetos que deveriam ser postos à margem. Entre o passado e o presente, há, portanto, uma cesura, uma série de discontinuidades.

Por outro lado, algo persiste, pois, apesar de suas derivas semânticas, a palavra vandalismo ainda conserva, no senso comum, o sentido de ato bruto, ignorante e, sobretudo, ininteligível. Além disso, embora séculos nos afastem dos relatórios de Henri Grégoire, o termo que ele criou ainda desempenha com eficácia sua força excludente. Nomear alguém de vândalo ou nomear seus atos de vandalismo, implica, no ato linguístico, vestir um sujeito empírico – que tem existência concreta, por mais que possa ser desconhecida – com uma máscara de subjetivação que lhe é alheia, uma forma de identificação que o deprecia. Os manifestos em defesa do patrimônio cultural, que, desde a Revolução Francesa, vestiram em

diferentes trajes o conceito de vandalismo, apelaram a um tipo de educação do olhar para que códigos da linguagem do patrimônio pudessem ser compreensíveis por um público mais ampliado. Porém, a gramática dessa linguagem foi confiada, em primeira instância, a intelectuais que se consideravam com legítima autoridade para definir o que é, o que não é e o que poderia ser patrimônio, resguardando os segredos da patrimonialização numa espécie caixa preta indecifrável a pessoas comuns. Não houve interesse e disposição para perceber outras maneiras de imaginar e viver o patrimônio, as quais poderiam, de modo crítico, apelar para outras leituras a respeito da presença material do passado e de sua transmissão ao futuro. Sem dúvida, essa é ainda uma questão em aberto quando refletimos sobre as ideias e práticas no campo das políticas de patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ JIMÉNEZ, David. Vándalos e vandalismo. *Revista de Historiografía*, Madrid, n. 8, p. 112-122, 2008.

AMOROSO LIMA, Alceu. Os remendos inestéticos. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. XIV, n. 56, p. 360-363, ago. 1920.

AMOROSO LIMA, Alceu. Pelo Passado Nacional. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. III, n. 9, p. 1-15, set. 1916.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARCHER, Paulo. *Sobre a visão patrimonial de Herculano em Monumentos Pátrios*. Tomar: Terra de Linho, 2003.

BAPTISTA, Jacinto. *Alexandre Herculano Jornalista*. Lisboa: Bertrand, 1977.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENVENISTE, Émile. Civilização: contribuição à história da palavra. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Ed. Nacional, EDUSP, 1976. p. 371-381.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004.

CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e o Historicismo Romântico. In: TORGAL, Luís Reis et. al. *História da História em Portugal: séculos XIX – XX*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 45-98.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação, Nacionalismo. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (coord.). *Comunidades Imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 9-39.

CHATZIGIANNIS, Dimitrios. Rethinking vandalism: alternative interpretations of deliberate destruction of cultural heritage. *E-Conservation Magazine*, Évora, n. 25, p. 182-195, 2013.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.
- CONSERVAÇÃO dos monumentos nacionaes. *O Panorama*, Lisboa, n. 165, p. 205, 27 jun. 1840.
- COSTA, Fernanda Gil. Herculano tradutor e intérprete do romantismo europeu. In: MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES, Pedro Vilas-Boas (coord.). *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: FLUP, 2013. p. 19-24.
- DROIT, Roger-Pol. *Genealogía de los bárbaros: historia de la inhumanidad*. Barcelona: Paidós, 2009.
- GAMBONI, Dario. *La destrucción del arte: iconoclasia y vandalismo desde la Revolución Francesa*. Madrid: Cátedra, 2014.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 101-133, nov. 2011.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Alberto. Vándalos vandálicos: acotaciones sobre el origen del término “vandalismo”. *Revista de Historiografía*, Madrid, n. 18, p. 101-104, 2013.
- GRÉGOIRE, Henri. Rapport sur les destructions opérées par le vandalisme et sur les moyens de le réprimer. In: GRÉGOIRE, Henri. *Rapports sur la bibliographie, la destruction des patois et les excès du vandalisme faits à la convention du 22 germinal an II au 24 frimaire an III*. França: A. Massif, 1867.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HERCULANO, Alexandre. A Architectura Gothica. *O Panorama*, Lisboa, n. 1, p. 2-4, 6 mai. 1837.
- HERCULANO, Alexandre. Introdução. *O Panorama*, Lisboa, n. 1, p. 1-2, 6 mai. 1837.
- HERCULANO, Alexandre. Monumentos Pátrios. In: HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Vol. 1. Porto: Presença, 1982. p. 173-219.
- HUGO, Victor. Guerra aos Demolidores: 1825-1832. In: HUGO, Victor. *Filosofia e Literatura Entremeadas: tomo II. Obras Completas*. v. XXIV. São Paulo: Editora das Américas, 1958. p. 17-40.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LUCA, Tania de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- MAIA, Maria Helena. *Património e Restauro em Portugal: 1825-1880*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- MERRILLS, Andrew. The Origins of ‘Vandalism’. *International Journal of the Classical Tradition*, Boston, v. 16, n. 2, p. 155-178, jun. 2009.
- MONTALEMBERT, Charles de. Vandalisme en France, lettre à M. Victor Hugo. *Revue des Deux Mondes*, Paris, t.1, 1833. Disponível em: [https://fr.wikisource.org/wiki/Vandalisme en France, lettre %C3%A0 M. Victor Hugo](https://fr.wikisource.org/wiki/Vandalisme_en_France,_lettre_%C3%A0_M._Victor_Hugo). Acesso em: 3 abr. 2021.
- MOURÃO-FERREIRA, David. *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977.

POULOT, Dominique. Revolutionary 'Vandalism' and the Birth of the Museum: The Effects of a Representation of Modern Cultural Terror. In: PEARCE, Susan (org.). *Art in Museums: New Research in Museum Studies*. London: Athlone Press, 1995.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, António Manuel. *O museu de imagens na imprensa do romantismo: património arquitectónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Mosteiro de Belem. *O Panorama*, Lisboa, n. 10, p. 73-76, 5 mar. 1842.